



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Ata da 187ª reunião, realizada em 9 de dezembro de 2020**

1 Em 9 de dezembro de 2020, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho  
2 Estadual de Política Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de Meio  
3 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte.  
4 Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente Marília  
5 Carvalho de Melo, representante da SEMAD. Representantes do poder público:  
6 Pedro D'Angelo Ribeiro, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e  
7 Abastecimento (Seapa); Marina Pacheco Simião, da Secretaria de Estado de  
8 Cultura e Turismo (Secult); Augusta Isabel Junqueira Fagundes, da Secretaria de  
9 Estado de Educação (SEE); Beatriz de Oliveira Góes, da Secretaria de Estado de  
10 Planejamento e Gestão (Seplag); Eva Irena Kurek, da Secretaria de Estado de  
11 Saúde (SES); Lidiane Carvalho de Campos, da Secretária de Estado de  
12 Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Mariana de Resende Franco, da Secretaria de  
13 Estado de Desenvolvimento Social (Sedese); Guilherme Augusto Duarte de Faria,  
14 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Leorges de Araújo  
15 Rodrigues, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Elisa Vieira Marques  
16 Brigagão Dias, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Mônica Dietrich, da  
17 Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec); Alírio Ferreira Mendes Junior, do  
18 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG);  
19 Adenilson Brito Ferreira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Noraldino Lúcio  
20 Dias Júnior e Hilcéia Reis Teixeira, da Comissão de Meio Ambiente e  
21 Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG);  
22 Enio Marcus Brandão Fonseca, do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Licínio  
23 Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios (AMM). Representantes  
24 da sociedade civil: Cleinis de Faria e Silva, da Associação Comercial e Empresarial  
25 de Minas Gerais (ACMinas); Ana Paula Bicalho de Mello, da Federação da  
26 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Mário Ferreira Campos  
27 Filho, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Thiago  
28 Rodrigues Cavalcanti, do Conselho da Micro e Pequena Empresa da Fiemg; Neide  
29 Mateus Rodrigues, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de  
30 Minas Gerais (Fetaemg); Alexandre Valadares Mello, do Instituto Brasileiro de  
31 Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário  
32 de Minas Gerais (CMI); Rogério Pena Siqueira, da Associação Brasileira de  
33 Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Julio Cesar Dutra Grillo, da Associação  
34 para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (ProMutuca); Maria Dalce Ricas, da  
35 Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Maria Teresa Viana de Freitas  
36 Corujo, do Espeleogruppo Pains (EPA); Tobias Tiago Pinto Vieira, do Movimento  
37 Verde de Paracatu (Mover); Evandro Carrusca de Oliveira, do Centro Federal de

38 Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG); Emmanuel Duarte Almada, da  
 39 Universidade de Minas Gerais (Uemg); Luís Antônio Coimbra Borges, da  
 40 Universidade Federal de Lavras (Ufla); Luiz Alberto Mota Ramos, da Associação  
 41 dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais (Assemg); Guilherme Lana  
 42 Pimenta, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG); Celso Bandeira de Melo  
 43 Ribeiro, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro). **Assuntos em**  
 44 **pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro.  
 45 **2) ABERTURA.** A secretária-executiva do COPAM, Ana Carolina Miranda Lopes de  
 46 Almeida, declarou aberta a 187ª reunião. **3) COMUNICADOS DOS**  
 47 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:  
 48 “Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar os participantes da reunião e as pessoas  
 49 que estão nos assistindo. Gostaria também de dar as boas-vindas para a Marília e  
 50 lhe desejar muito boa sorte. No dia 3/12/2020, o MPMG protocolou na 4ª Vara da  
 51 Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte uma Ação Civil  
 52 Pública em defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado no Estado de  
 53 Minas gerais. Aproveito a oportunidade para agradecer ao MPMG por essa  
 54 excelente ação. A ACP propõe, entre outras coisas, que o Estado de Minas altere a  
 55 atual composição dos conselhos de forma a torná-los verdadeiramente paritários,  
 56 visto que hoje a sociedade civil sem fins lucrativos não tem uma participação  
 57 equilibrada com o poder econômico nesses conselhos, como as ONGs têm  
 58 enfatizado há muito tempo. Sugiro que todos os conselheiros das Câmaras do  
 59 COPAM e servidores do Sisema leiam a íntegra dessa Ação Civil Pública, que  
 60 considero de extrema importância para que possamos caminhar em direção aos  
 61 princípios da prevenção, precaução e sustentabilidade nos licenciamentos  
 62 ambientais. A sociedade não pode continuar a ser usada nesses conselhos apenas  
 63 para referendar decisões previamente tomadas. Aproveito para dizer que algumas  
 64 ONGs se manifestaram sobre a ACP avaliando que ela está muito branda e pedindo,  
 65 por exemplo, o cancelamento de alguns licenciamentos conferidos pelo Conselho  
 66 da CMI. O caso mais citado é a absurda licença concedida para o alteamento da  
 67 barragem de Conceição do Mato Dentro, contrariando claramente a Lei 23.291. É  
 68 importante também lembrar que uma parte significativa das ONGs de Defesa do  
 69 Meio Ambiente já não quer que haja mais mineração no Estado de Minas Gerais.  
 70 Isso é também consequência do insignificante peso que a voz das ONGs tem tido  
 71 em Câmaras como, por exemplo, a CMI. Outro assunto importante são os abusos  
 72 cometidos por caminhões de mineradoras nas estradas do Estado. O transporte de  
 73 minérios usando o sistema viário público como está sendo hoje é inaceitável, pois  
 74 tem provocado desastres, mortes, poluição e a degradação do já insuficiente  
 75 sistema viário público. Isso representa transferência direta de recursos públicos para  
 76 os acionistas das mineradoras. Votaremos contra todos os processos de  
 77 licenciamento ambiental que utilizem o sistema viário público para seu transporte de  
 78 minérios. Por fim, gostaria de manifestar o meu repúdio à forma como tem sido  
 79 tratada a negociação sigilosa entre a Vale e o Estado de Minas Gerais. Os atingidos  
 80 pelo crime da Vale foram excluídos das discussões, o que é inaceitável. A Vale vem

81 dividindo as sociedades locais e afastando das discussões os atingidos que não  
82 concordem com as suas propostas. Isso ocorreu em Macacos, Brumadinho e outros  
83 locais. Em alguns casos a Vale chegou a dizer que iria retaliar caso persistissem as  
84 manifestações contra suas propostas. Isso também é inaceitável para as ONGs.  
85 Algumas ONGs estão neste momento discutindo a possibilidade de não aceitar mais  
86 nenhum licenciamento da Vale, enquanto ela não passar a agir com transparência,  
87 escutando e negociando de forma respeitosa com todos os atingidos. É uma pena  
88 que tenhamos que chegar a tal situação para que os atingidos pelos crimes da Vale  
89 sejam escutados e atendidos. Era o que eu queria dizer. Muito obrigado.”  
90 Conselheira Maria Dalce Ricas: “Quanto à falta de transparência da Vale sobre as  
91 compensações ambientais, que não sabemos quais foram até agora, eu acho que  
92 isso é muito importante. Só lembrando que não é só a Vale, o governo está  
93 compactuando com isso. Primeiro que eu queria pedir que a SEMAD faça e  
94 apresente um diagnóstico do projeto Plantando o Futuro, que foi feito no governo  
95 Pimentel. Um diagnóstico que vá até o final da linha, ou seja, se realmente áreas  
96 foram recuperadas. Em segundo lugar eu queria fazer – sem absolutamente  
97 desconsiderar que tenham havido realmente fatos positivos para o meio ambiente –  
98 uma lista de coisas que eu acho que infelizmente fecharam o ano de 2020 do  
99 governo Zema na área ambiental. Como o tempo é pequeno, eu não vou fazer  
100 considerações, vou apenas ler os itens. Consolidou e reafirmou a exclusão da  
101 sociedade civil organizada no licenciamento das atividades e empreendimento das  
102 classes 3 e 4, aprovada no governo Pimentel. Fez a mesma coisa quanto ao decreto  
103 sobre atuação de ONGs, proibindo a atuação repetida no COPAM, que até hoje não  
104 foi revogado, apesar de promessas do Germano Vieira, ex-secretário. Isentou de  
105 compensação empreendimentos não sujeitos a EIA/Rima, assim classificados, pela  
106 própria SEMAD, a priori, de estudos ambientais. Ou seja, ele decide o que não é  
107 sujeito a EIA/Rima, independente de os estudos ambientais apontarem se é ou não  
108 é. Retirou a competência de apreciação de empreendimentos situados na zona de  
109 amortecimento de unidade de conservação de seus conselhos consultivos. Mais um  
110 ato vergonhoso de alijar a sociedade da gestão dos recursos naturais. Há uma clara  
111 tendência em interpretar normas favorecendo o lado econômico e não o meio  
112 ambiente, como, por exemplo, aplicar o Código Florestal em detrimento da Lei de  
113 Proteção da Mata Atlântica para permitir a derrubada do bioma no Estado. Exclusão  
114 absoluta da sociedade do COPAM, cada vez mais enfraquecido e teatral. A ausência  
115 de transparência, precariedade, informações não coerentes com as demandas para  
116 atendimento da sociedade civil. Decisões monocráticas sobre desmatamento e a  
117 ausência de qualquer satisfação ou transparência para a sociedade. Recusa em  
118 apresentar para participação da sociedade de um plano de proteção da Mata  
119 Atlântica. Nenhum método para evitar o massacre da fauna e tráfico de animais.  
120 Nenhuma meta clara para coibir o desmatamento do Cerrado. Não criação de áreas  
121 protegidas. Propaganda constante sobre licenciamentos sem qualquer indicativo de  
122 melhoria da qualidade ambiental, principalmente no que se refere à proteção à  
123 biodiversidade.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Boa tarde a todos. Eu espero

124 não estar sendo tão mal ouvido quanto a Dalce e o seu antecessor. O som chegou  
125 aqui muito ruim, com entendimento muito ruim. Eu queria aproveitar o momento e  
126 divulgar, como fiz no nosso bate-papo, o nosso Seminário Nacional de Resíduos  
127 Sólidos, da Abes, que acontecerá de 16 a 18 de março. Será o maior encontro sobre  
128 resíduos da América Latina, e nós estaremos com a abertura com o ministro do Meio  
129 Ambiente de Portugal, Sr. Carlos Martins. Nós importamos o ministro para falar para  
130 nós, porque Portugal tem muito a falar sobre resíduos. Então eu queria convidar a  
131 todos a conhecer o programa, participar e se inscrever no maior e melhor seminário  
132 do Brasil de resíduos. Tem a confirmação de participação de todos os países da  
133 América Latina mais Portugal. Então todos os conselheiros e entidades eu gostaria  
134 que estivessem junto com a Abes nesse seminário, que será virtual, de 16 a 18 de  
135 março, com o grande encontro também de startups nessa área de resíduos. Eu  
136 convido a todos os conselheiros acompanhar, acompanhem no site da Abes  
137 ([abesmg.org.br](http://abesmg.org.br)) e participem do nosso seminário.” Ana Carolina Miranda Lopes de  
138 Almeida/SEMAD: “Agradeço, Rogério, e desejo todo o sucesso, e pode contar com  
139 a divulgação por parte deste Plenário.” Conselheiro Mário Ferreira Campos Filho:  
140 “O meu objetivo aqui é fazer um balanço do trabalho da federação ao longo deste  
141 ano, e eu gostaria então que todos, na medida do possível, possa escutar esse  
142 balanço. A Fiemg, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, atua não  
143 só na interpretação e aplicação das legislações dentro da realidade econômica e  
144 tecnológica de execução, como também investe nas empresas e junto aos  
145 empresários para criação de valor para a sociedade em termos de qualidade de vida  
146 e proteção da biodiversidade. A Fiemg busca influenciar as indústrias para melhoria  
147 do ambiente de negócios através do compartilhamento de valores, com foco nos  
148 aspectos de meio ambiente, sociedade e governança. A fim de exemplificar, a Fiemg  
149 atua como parceria da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
150 Sustentável e da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais no Programa de  
151 Fiscalização Ambiental Preventiva na Indústria (Fapi), que em 2020 foi para a sua  
152 sexta edição. Somente neste ano foram realizados nove workshops com a presença  
153 de 663 representantes de empresas. Nas empresas aderentes se aplica o  
154 diagnóstico ambiental, o plano de ação corretivo. A Federação das Indústrias instrui  
155 e sensibiliza os empreendedores a respeito das melhores práticas ambientais,  
156 incentivando-os a obter a regularização ambiental de seus empreendimentos. A  
157 Fiemg também elabora e disponibilizar, anualmente, uma publicação denominada  
158 ‘Obrigações ambientais’, com as principais normas ambientais que criam obrigações  
159 para o setor industrial, com os prazos e a forma de cumprimento das mesmas, com  
160 o objetivo de orientar o setor ao correto cumprimento da legislação em vigor. Para  
161 auxiliar e solucionar as dúvidas, são realizados eventos em Belo Horizonte e nas  
162 cidades das regionais da Fiemg sobre as obrigações legais e ambientais. Nós temos  
163 sede em todas as regiões administrativas do Estado. Em 2020, a Fiemg contou com  
164 a presença de 1.301 participantes nos eventos sobre obrigações legais ambientais.  
165 Ainda para que as indústrias estejam em dia com as obrigações legais ambientais,  
166 a Fiemg vem atuando em parceria com a FEAM na implementação do Sistema MTR,

167 Movimentação e Transporte de Resíduos, criado pela Deliberação Normativa  
168 COPAM nº 232, de 27 de fevereiro de 2019. Desde então, já foram realizados  
169 diversos cursos e workshops em todas as regionais de Minas Gerais, com a  
170 capacitação de mais de 1.500 pessoas nas empresas. Por meio do Programa de  
171 Economia Circular, a Federação das Indústrias criou oportunidades de negócios  
172 coletivos dentro dos distritos industriais e em suas áreas de influência. A federação  
173 é tida hoje como uma das principais referências nesse assunto no setor industrial  
174 não só brasileiro, mas como mundial, inclusive com prêmios que ganhamos nos  
175 últimos anos. Os resíduos de uma empresa viram insumo na produção de outras,  
176 gerando novas gerações de fornecimento, sustentabilidade e competitividade. O  
177 programa já foi implementado nos distritos industriais de Sete Lagoas e Uberaba,  
178 com adesão de 44 empresas, evidenciando redução de emissões de gases de efeito  
179 estufa, redução do consumo de matéria-prima virgem, reúso e redução de água,  
180 redução de mais de 1,9 milhão de toneladas em disposição final de resíduos em  
181 aterros. Para encerrar, a Fiemg fez um estudo sobre distribuição da rede de  
182 monitoramento de qualidade do ar, observando que ela não atendia a sua função,  
183 por estar concentrada em determinadas regiões, considerando apenas as emissões  
184 atmosféricas da indústria. Nesse sentido, propomos uma melhor distribuição dos  
185 equipamentos, ampliando a cobertura geográfica, incluindo cidades com mais de  
186 100 mil habitantes e abrangendo não apenas as fontes fixas da indústria, mas  
187 também as fontes móveis de circulação de veículos. De 48 estações existentes hoje,  
188 nós passaremos a contar com 114. Além disso, estuda-se a implementação de um  
189 projeto piloto que modifica todo o conceito de medição praticado hoje, com um  
190 modelo mais moderno e todo informatizado. Obrigado a todos por terem pelo menos  
191 escutado um pouco do trabalho que a gente vem fazendo na federação. Nós temos  
192 um tecido industrial diversificado, muito amplo, que vai de uma pequena padaria até  
193 uma indústria totalmente moderna, uma indústria de automóveis, passando pela  
194 agroindústria. Então temos um desafio muito grande. Mas, dentro da nossa  
195 estrutura, é claro que fazemos a pesquisa de interesse, e isso é comum na  
196 sociedade, é válido. De vez em quando todos daqui ou alguns, nós estamos em  
197 lados opostos, mas o mais importante é que estejamos realmente imbuídos no  
198 sentido de mudar o 'mindset' tanto das empresas, do corpo diretivo das empresas,  
199 quanto dos empresários, seus acionistas, em prol do desenvolvimento econômico e  
200 sustentável." Conselheira Maria Dalce Ricas: "Eu quero saber o que a SEMAD faz  
201 depois com as falas dos conselheiros nesta primeira parte. Porque tomando como  
202 base a ata, do que eu falei, não teve nenhuma novidade nem sequer atendimento  
203 às solicitações que eu fiz." Presidente Marília Carvalho de Melo: "A nossa orientação  
204 é que a partir das falas dos conselheiros, se tiver alguma demanda específica, a  
205 Secretaria Executiva acompanha com as áreas envolvidas e traz a devolutiva na  
206 reunião seguinte." Antônio Augusto Melo Malard/IEF: "Conselheira Dalce, eu não sei  
207 se compreendi todos os itens, mas vou abordar dois, que eu consegui ter um  
208 entendimento. Um primeiro é relacionado às ações que a Secretaria e o IEF adotam  
209 referentes à conservação do nosso Cerrado. O ponto que eu tenho a dizer é que

210 Minas Gerais tem por força de lei, estabelecido no seu PMDI, uma meta bastante  
211 arrojada de chegar a 2030 com 15% a mais de vegetação compensada, restaurada,  
212 recuperada, quando se comparado àquilo que é suprimido tanto do ponto de vista  
213 legal quanto ilegal. É uma meta progressiva, sendo que em 2022 a meta é só de 3%  
214 a mais, chegando em 2026 a 9%, e alcançando então 2030 com 15%. No âmbito do  
215 Cerrado há outro nosso também importante compromisso junto a algumas  
216 instituições – entre elas, eu cito a WWF, o projeto Araticum, que é um pacto pela  
217 restauração do Cerrado, assim como já fizemos também com a Mata Atlântica no  
218 âmbito do pacto da Mata Atlântica. Então são algumas das ações. Claro que temos  
219 muitas ações de fomento. Infelizmente, neste ano, foram muito prejudicadas por  
220 conta da pandemia. Então naturalmente as ações de restauração tiveram um  
221 impacto muito grande, mas estamos com todo o planejamento para uma retomada  
222 a partir de 2021, para alcançarmos essas metas que são bastante arrojadas. Outro  
223 ponto que a senhora mencionou, referente ao atropelamento da fauna, é claro que  
224 essa é uma questão que não envolve somente o IEF, não envolve somente a  
225 SEMAD, envolve uma política maior, não só de Estado também, passando por  
226 muitas questões, como, inclusive, educação ambiental, envolvendo também  
227 empresas, mas, claro, com um papel fundamental do poder público. Nesse sentido,  
228 inclusive, eu cheguei a mencionar em um grande evento, no Congresso Ibero-  
229 Americano de Estrutura Viária, promovido pelo professor Alex Bager, que é uma  
230 referência nesse assunto – foi um evento na segunda-feira –, que nós estamos  
231 caminhando com uma parceria com o professor Alex sobre o importante projeto  
232 Sistema Urubu, um projeto muito reconhecido, e o IEF agora fazer parte desse  
233 Projeto Urubu com dados referentes às nossas unidades de conservação. E também  
234 estamos trabalhando com ele a possibilidade de se fazer o modelamento para  
235 definição das áreas de risco de atropelamento da fauna na área de abrangência das  
236 nossas unidades de conservação, provavelmente com recursos oriundos da  
237 compensação minerária. Então em breve na CPB do COPAM nós devemos levar  
238 esse pleito para alcançar esse objetivo, tanto alimentando o Projeto Urubu quanto  
239 também criando novas informações nessas áreas de risco, para que aí, sim, possam  
240 ser estabelecidos, junto com outros órgãos de governo e algumas concessionárias,  
241 pontos estratégicos para algumas melhorias nas nossas rodovias, com o objetivo de  
242 minimizar o impacto tanto na fauna doméstica quanto na fauna silvestre.”  
243 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Uma observação rápida sobre a fala da Fiemg.  
244 Conselheiro Mário Campos, a sua fala é muito bonita, mas parece que vocês não  
245 estão participando do COPAM ou da Câmara de Atividades Minerárias. A atuação  
246 da Fiemg no Conselho de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais, na Câmara  
247 de Atividades Minerárias, tem sido lamentável. A participação de vocês é  
248 exclusivamente do ponto de vista de como é que o advogado vai defender, dentro  
249 da lei que está aí, passar o que eles querem. Não existe um pensamento, por parte  
250 da Fiemg, voltado para a sustentabilidade, voltado para a prevenção e precaução.  
251 Não existe esse comportamento por parte da Fiemg. Eu vou dar um exemplo que é  
252 muito claro, nós estamos perdendo os nossos últimos corredores ecológicos, e a

253 posição da Fiemg, manifesta e defendida por diversas vezes, é que eles só existem  
254 a partir do momento em que forem reconhecidos, sabendo que eles têm o domínio  
255 dos conselheiros e que não reconhecerão. E com isso aqueles corredores que  
256 existem, de fato, que já estão na natureza há milênios, esses corredores nós  
257 estamos perdendo. Por outro lado, a SEMAD, porque talvez não queira enfrentar  
258 muito essa situação da Fiemg, tem todos os trabalhos de corredores prontos, e o  
259 trabalho de corredores não vai para frente. Nós estamos para perder o último  
260 corredor da região metropolitana de Belo Horizonte, o corredor que interliga a bacia  
261 do Paraopeba com a bacia do Velhas. Esta posição não tem sido a que se espera  
262 de uma Federação das Indústrias contemporânea, é uma Federação das Indústrias  
263 voltada para a exportação de commodities, está longe de estar voltada para poder  
264 ter alguma iniciativa mais sustentável. Você me desculpa, mas eu não posso  
265 concordar com o discurso que você fez.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Eu já  
266 havia falado, Marília, mas agradeço novamente, a minha inscrição é para poder  
267 cumprimentar a todos. Eu falei sobre nosso seminário de resíduos, que quero contar  
268 com a participação da SEMAD. Será o maior seminário da América Latina nessa  
269 área, com participação de um grande nome do meio ambiente de Portugal, Carlos  
270 Martins.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, conte conosco na  
271 Secretaria. O subsecretário Rodrigo está aqui presente, e não só resíduos sólidos  
272 urbanos, mas as outras formas de resíduos, com a FEAM. E parabenizar você e a  
273 Abes por uma atuação sempre tão técnica e tão focada em assuntos, de fato, para  
274 contribuição na construção.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Eu ouço,  
275 reiteradamente, nesses Conselhos, essa questão de ‘último isso, último aquilo’ e  
276 hoje aqui ‘último corredor ecológico’. Eu preciso dizer que, na verdade, nós estamos  
277 no segundo corredor ecológico e que teria sido o primeiro empacado nessa  
278 discussão há 30 anos pela insensibilidade das ONGs egóicas, que acham que o  
279 corredor mais importante que existe é o da porta de casa, da pessoa que mora ali  
280 dentro de um riozinho, que tem um canil colocado em um ‘corguinho’ e que acha  
281 que esse nome vai fazer alguma diferença. Mas na verdade precisamos perceber  
282 que essa história que corredor do Mutuca tem 30 anos que obstrui a pauta de  
283 corredores ecológicos no Estado, sem ir para lado nenhum, simplesmente porque é  
284 um corredor ou um suposto corredor inadequado, estritamente inserido em área  
285 urbana etc., área profundamente degradada, com muita ocupação. Tem vegetação,  
286 mas longe de ser uma área primária, pristina, enfim. É, inclusive, relevante perceber  
287 que só aconteceu o corredor Sossego Caratinga no período em que a ProMutuca  
288 reduziu a sua atuação neste Estado. Não sei por quê, mas reduziu, e aí houve  
289 espaço para que se construísse esse outro corredor, a meu ver, aí, sim, em uma  
290 área rural, adequada, sem um objetivo subterfugioso de criar conflitos a partir de  
291 corredor e tal. Da mesma maneira que ouvimos dizer que o setor produtivo ‘nessa  
292 ou naquela câmara’ só defende aprovar ‘esse ou aquele empreendimento’, nós  
293 também percebemos que ONGs, ‘nessa ou naquela câmara’, só defendem recusar  
294 todo empreendimento. Por exemplo, essa manifestação, que beira ao ridículo, de  
295 que ‘não quer mineração que use via pública’. Fica mais fácil dizer ‘não quer

296 mineração'. Isso são pretextos muito rasteiros para uma agenda que, na verdade,  
 297 não é séria. Se a ideia é construir meio ambiente a sério, tem que sair desse  
 298 extremismo, tem que sair dessas posições radicais, que, na verdade, nem radicais  
 299 são, elas só contêm agendas ocultas ao pretexto de um radicalismo extremado.  
 300 Então na minha percepção essa insistência nessas colocações não leva a lugar  
 301 nenhum, é mera construção de atrito. O que se pratica na Câmara de Mineração é  
 302 mera obstrução dos trabalhos, e a Secretaria nem o público mineiro podem ceder  
 303 com isso e nem Minas Gerais pode prescindir da mineração, da agricultura, do  
 304 desenvolvimento de tudo que é atividade urbana. Isso quer dizer que concordamos  
 305 com a atividade predatória? Não, de forma alguma. Mas esse tipo de confronto,  
 306 meramente agressivo, obriga uma posição menos aberta do outro lado. Aí quem vai  
 307 ter a capacidade de abrir o diálogo de verdade é um dilema que está na mesa do  
 308 que eu conheço já tem 20 anos e não teve solução. Mas é uma constatação até  
 309 triste de se fazer.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Primeiramente, boa tarde  
 310 a todos. Eu não tive oportunidade ainda, Marília, de te dar os parabéns por este  
 311 novo desafio. Nós sabemos que a sustentabilidade é um anseio de todas as  
 312 empresas, assim como nosso, da sociedade civil. Nós estamos vendo, ano após  
 313 ano, que muitas empresas, talvez os seus representantes – não vou falar ‘as  
 314 empresas’ –, mas seus representantes não querem caminhar em prol da  
 315 sustentabilidade. Por que eu digo isso? Nós estamos vendo empresa se orgulhando  
 316 de projetos ambientais minúsculos, se orgulhando de grandes projetos minerários,  
 317 agrícolas, o que for, e não compensando de forma que o meio ambiente se torne  
 318 sustentável com a produção. Então realmente essa discussão que vimos aí nos  
 319 últimos minutos está muito em pauta ultimamente e é um desafio da Secretaria. O  
 320 COPAM, infelizmente, não tem a participação igualitária com a sociedade civil  
 321 ambientalista junto das empresas em prol do meio ambiente. Não é igualitário,  
 322 estamos vendo isso, que inclusive foi pautado pelo Ministério Público. Eu acho que  
 323 temos que avançar nessa discussão. Nós sentimos muito que as empresas do Brasil  
 324 não chegaram a ser cobradas, como estão sendo cobrados no exterior. Por  
 325 exemplo, os grandes grupos de investidores europeus obrigam que as empresas  
 326 tenham o ESG, que é a certificação de sustentabilidade, o ‘environmental, social and  
 327 governance’. E no Brasil isso ainda não está em pauta, ainda não está caminhando.  
 328 Mas é o nosso desafio. Eu espero, sinceramente, a SEMAD, juntamente com o  
 329 COPAM, com um conselho, de fato, equilibrado, para que consigamos conversar  
 330 sobre essas oportunidades de melhoria no licenciamento ambiental para dentro da  
 331 CMI, dentro da CAP, que consigamos chegar a esse equilíbrio. E aí eu quero passar  
 332 o desafio também para os nossos colegas do IEF, do IGAM talvez também. Todo  
 333 mundo vai ter que dar a mão para que a gente chegue ao equilíbrio que nós  
 334 precisamos. Boa sorte para todo mundo nesta nova caminhada que estamos vendo.  
 335 Novas mudanças podem estar vindo no próximo ano, mas não podemos perder de  
 336 vista que o que nós queremos é a sustentabilidade, é a produção sustentável a longo  
 337 prazo.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Eu fiquei surpresa com a fala do  
 338 representante do setor imobiliário. Primeiro que eu não o entendi comparando o



339 corredor Sul com o corredor do Sossego. Não sei aonde está a analogia disso.  
 340 Segundo, eu concordo com ele, é uma coisa lógica, nós precisamos da mineração,  
 341 da agricultura e de tudo isso, o que não significa que tenhamos de ter isso, de fato,  
 342 em qualquer lugar. E terceiro é o seguinte, o setor imobiliário tem zero moral para  
 343 falar sobre isso, eles acabaram conseguindo que o governador revogasse,  
 344 provavelmente com participação dos técnicos da SEMAD, todas as normas que  
 345 protegiam o Vetor Norte da especulação imobiliária. Então não têm o direito de falar  
 346 sobre corredores ecológicos. E, por último, se o assunto é repetido é porque o poder  
 347 público não responde. Pelo menos que se diga assim: ‘Não vamos fazer corredores  
 348 ecológicos coisa nenhuma, podem parar de falar isso, porque nós somos  
 349 especialistas no assunto’. Ou então fala ‘vamos fazer’. Então precisa repetir, porque  
 350 não tem uma resposta.” Antônio Augusto Melo Malard/IEF: “Sobre os corredores  
 351 ecológicos, eu já trouxe isso em algumas outras reuniões, não é um assunto  
 352 simples, é algo que precisa ser regulamentado. Então nós estamos trabalhando no  
 353 decreto regulamentador. Eu até tinha feito não um compromisso, mas achava que  
 354 daria tempo de trazer alguma coisa para uma reunião do COPAM, mas ainda está  
 355 em processo de elaboração. E alguns dos corredores já citados chegaram a ser  
 356 avaliados, inclusive por meio até de projeto de lei, sendo que a alguns desses  
 357 faltaram alguns estudos técnicos, alguns outros elementos, mas não significando  
 358 que o poder público é contrário a isso. Pelo contrário, nós entendemos a  
 359 importância, temos que fortalecer os corredores no Estado de Minas Gerais, mas  
 360 com todo o embasamento técnico devido para isso. Estamos sempre abertos para  
 361 as discussões, para reuniões. Já conversei com o Julio para nós nos reunirmos e  
 362 conversarmos especificamente sobre alguns dos corredores. Mas não é algo  
 363 simples, está em processo de elaboração.” **4) EXAME DA ATA DA 186ª REUNIÃO.**  
 364 Aprovada por unanimidade a ata da 186ª reunião do Plenário do Conselho Estadual  
 365 de Política Ambiental, realizada em 16 de setembro de 2020, com as seguintes  
 366 alterações: – Linha 102, onde está escrito “pela nossa região”, leia-se “e na nossa  
 367 região”; – Linha 105, onde está escrito “sistemas atuais de defesa do meio  
 368 ambiente”, leia-se “sistemas globais atuais de defesa do meio ambiente”; – Linha  
 369 136, onde está escrito “deixa essa triste realidade”, leia-se “deixa essa triste  
 370 realidade escancarada”; – Linha 144, onde está escrito “muitas vezes”, leia-se “em  
 371 muitas frentes”; – Linha 153, substituir a expressão “qualidade real” por “paridade  
 372 real”; – Linha 160, substituir “servidores do Sistema” por “servidores do Sisema”; –  
 373 Linha 1.043, substituir a palavra “com” por “como”. Votos favoráveis: SEMAD,  
 374 Seapa, SEE, Seplag, SES, Seinfra, Sedese, Segov, SEF, Cedec, Crea, PMMG,  
 375 ALMG, MMA, AMM, ACMinas, Fiemg, Conselho da Micro e Pequena Empresa,  
 376 Fetaemg, Ibram, CMI, Abes, ProMutuca, Amda, EPA, Mover, Ufla, OAB e ABRHidro.  
 377 Ausências: Secult, Sede, MPMG, Faemg, Cefet, Uemg e Assemg. **5)**  
 378 **RESULTADOS DA APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA**  
 379 **GOVERNANÇA DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS DO ESTADO DE MINAS**  
 380 **GERAIS. Apresentação: Controladoria Geral do Estado (CGE-MG).** Sílvio César  
 381 Zákha Marani, da Controladoria Geral do Estado, fez apresentação dos resultados

382 da aplicação da metodologia de avaliação da governança das instituições  
383 participativas do Estado de Minas Gerais. O conteúdo da exposição foi  
384 disponibilizado no site da SEMAD. Manifestações. Conselheira Maria Dalce Ricas:  
385 “Eu quero elogiar o trabalho, é importante para o funcionamento de qualquer  
386 instituição, mas eu acho que essa análise do funcionamento do COPAM – desculpe  
387 se eu entendi errado alguma coisa –, é real, mas acho que seria completa se  
388 avaliasse não só os resultados positivos da atuação do COPAM. Porque não adianta  
389 ter uma pauta arrumadinha, a reunião ser bem organizada, com a situação atual do  
390 COPAM, que perdeu praticamente a sua competência de discutir políticas  
391 ambientais no Estado. A competência é do governo, e o próprio governo sabotou o  
392 COPAM descaradamente. Não sei se você sabe, Sílvia, mas em todos esses anos,  
393 modificou e revogou diversas normas de proteção ao meio ambiente, e nenhuma  
394 delas passou pela discussão do COPAM. Eu só queria fazer essa observação, mas  
395 elogiar o trabalho, que é realmente interessante.” Conselheira Maria Teresa Viana  
396 de Freitas Corujo: “Eu queria agradecer o trabalho da CGE, eu ia fazer uma pergunta  
397 na mesma linha que a Maria Dalce fez, se não foi possível inserir uma avaliação no  
398 âmbito realmente do papel do COPAM em relação ao que vem sendo trazido pronto  
399 ao Plenário do COPAM. A partir, por exemplo, de uma análise de todas as pautas,  
400 em que na realidade o COPAM é informado das decisões do Executivo, perdendo o  
401 seu objetivo estabelecido na legislação. Essa avaliação teria sido fundamental  
402 constar nesse relatório. E também a minha pergunta é até que ponto o próprio  
403 sistema do Estado considera o resultado desse trabalho detalhado. Porque em  
404 relação aos outros relatórios da Controladoria Geral, que foram três, posteriormente  
405 eu não testemunhei que isso tenha feito alterações na forma do sistema a partir do  
406 Executivo. E isso então significa que seria muito lamentável que um trabalho tão  
407 detalhado que resulta em estatística e informações não se concretizasse de verdade  
408 na melhoria do que está sendo apontado, que foi o que eu testemunhei em relação  
409 aos relatórios anteriores. Assim como tinham sido os relatórios do TCE, mais  
410 antigos, sobre o funcionamento da SEMAD. A meu ver têm que estar as duas coisas  
411 caminhando junto: avaliações qualitativas, quantitativas resultando em estatísticas  
412 e informações, com – lógico – mudanças. Porque ter tudo isso, e não verificarmos  
413 mudanças, a meu ver, é inclusive um desperdício de trabalho feito, porque não  
414 reflete na melhoria da governança.” Sílvia César Zákia Marani/CGE: “Eu agradeço  
415 às conselheiras pelas suas sugestões e comentários e gostaria de reforçar a ideia  
416 de que nós trabalhamos nessa avaliação em um extrato ainda mais amplo dessas  
417 práticas. Nós não entramos nas práticas específicas de cada um dos conselhos ou  
418 nem sequer das câmaras. É claro que isso é uma sugestão muito bem-vinda. Nós  
419 tivemos esse tipo de sugestão também, por exemplo, na Seapa, de quem sabe  
420 concentrar mais atenção na atividade das próprias Câmaras. Então nós acolhemos  
421 com muito carinho essas sugestões. Gostaríamos também de lembrar o trabalho  
422 que foi feito, recentemente, pela própria CGE na Câmara de Atividades Minerárias  
423 do COPAM, e era exatamente para tentar pensar a composição, não no aspecto  
424 formal da composição, da paridade, mas do ponto de vista muito prático. Então a

CGE está atenta a esse desafio que vocês enfrentam, e o nosso trabalho é mesmo de tentar assegurar a efetividade, ou seja, que esse tipo de resultado tenha algum tipo de modificação da realidade. Isso foi muito bem destacado na fala da Maria Teresa. Então contem conosco, esse é o primeiro passo, medir a temperatura. Tivemos só o primeiro passo de um trabalho que nós começaremos a desenvolver de maneira mais próxima a partir do próximo ano. Mas recebo com muita abertura e carinho mesmo essas colocações e sugestões.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu tenho que dar os parabéns para as iniciativas da CGE e gostaria que vocês da CGE olhassem com atenção a ACP sobre essa questão dos conselhos. Inclusive, no ofício que nós enviamos para o Ministério Público e que foi uma das origens dessa ACP, nós citamos, literalmente, apreços imensos ao relatório da CGE. E eu teria só uma observação para fazer. Eu respondi ao questionário, mas achei que um questionário desse tipo, com respostas, vamos dizer, de múltipla escolha, deixa de fora, circunstancialmente, questões extremamente importantes. Eu sugiro para as próximas pesquisas que vocês deixem um espaço para manifestações e as levem em consideração. Porque ficar amarrado dentro de múltipla escolha complica. Grande parte das respostas que eu iria dar não estava naquela múltipla escolha. Eu acho que é isso aí, um processo de melhoria contínua, tem que ser assim.” Sílvio César Zákchia Marani/CGE: “Muito obrigado, nós recebemos com bastante carinho essa sugestão sua e ficamos pensando se não foi um pouco pelo reflexo... Não sei se o senhor participou, mas há dois, três anos atrás, houve o primeiro levantamento das instituições existentes, e no formulário que os conselheiros preencheram havia, sim, espaço dedicado a esse tipo de contribuição. É claro que pensando nessa nova metodologia, o esforço de padronizar, de tentar lidar com um universo maior de instituições, isso nos levou a ficar presos mesmo a pontos mais objetivos. Mas é uma coisa para ser pensada mesmo, não temos restrição nenhuma a assumir esse tipo de disposição também, de saber escutar um pouquinho mais dentro dessa fórmula.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Agradeço aos conselheiros pelos comentários. Não recebemos ainda da CGE o relatório completo desse trabalho que foi realizado, e tão logo recebermos eu já orientei a Secretaria Executiva que leia e defina um plano de ação sobre as questões apontadas de melhoria do funcionamento do Conselho. Não sei se todos os conselheiros aqui sabem, mas só na área de recursos hídricos, quando eu ainda estava no IGAM, nós instituímos os indicadores de governança da água no Estado de Minas Gerais. Foi uma proposta do IGAM ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos. O Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprovou – o Grupo de Trabalho discutiu e aprovou – e institucionalizou os indicadores de governança da água, que teve publicado o seu primeiro relatório no ano passado, e será publicado o segundo relatório neste ano. E lá, especificamente, é mais finalístico, da efetividade da política pública do Conselho enquanto propositor de política pública. Então nós podemos trazer essa discussão para dentro do Conselho, eu acho que, de fato, é bastante efetivo. Agora, pela minha vivência nos dois Conselhos e mais no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, e mais recentemente no COPAM, eu percebo que a Secretaria Executiva

468 – eu acho que a Vânia até pode se manifestar, ela que está aqui há muito tempo –  
 469 recebe pouca demanda de pontos de pauta a serem trazidos a este Conselho,  
 470 proposições. Essa não é uma função só do Estado enquanto presidente deste  
 471 Conselho, todos os conselheiros têm igual função em propor temas, mediante  
 472 observação da competência legal deste Conselho, para que o Conselho discuta.  
 473 Então eu queria só fazer essa observação porque, de fato – eu sempre falei lá no  
 474 Conselho Estadual de Recursos Hídricos –, há uma inversão de lógica, o IGAM  
 475 pauta o Conselho, e não o Conselho pauta a política. Então eu acredito que isso é  
 476 um ponto importante para discutirmos no momento oportuno, até em função da  
 477 provocação que a CGE nos faz.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Você tem toda  
 478 razão quanto à competência e talvez até obrigação dos membros do COPAM e da  
 479 sociedade de apresentar sugestões de pauta, resta saber se elas serão realmente  
 480 pautadas. E vou te falar a verdade, Marília, a gente desanima de fazer isso pelo fato  
 481 que eu citei hoje, que é por exemplo a promulgação e modificação de normas legais  
 482 na área ambiental sem ouvir o COPAM. Para que o COPAM existe? Nós todos  
 483 sabemos que normas são pilares da democracia, só se faz o que a lei manda. Então  
 484 nós temos que ter leis. Quando essas leis são modificadas, essas normas são  
 485 modificadas à revelia da sociedade, a portas fechadas, como o governo e a SEMAD  
 486 vêm fazendo, sistematicamente, a gente fica pensando: qual é a função do COPAM  
 487 então? Eu participo do COPAM, com alguns intervalos, desde 1978, praticamente.  
 488 E sei muito bem, de cor e salteado, o caminho regressivo, o COPAM descendo a  
 489 escada e perdendo cada vez mais suas competências e o seu prestígio enquanto  
 490 formulador, pela lei, de políticas e diretrizes ambientais no Estado. De qualquer  
 491 maneira, Marília, funcionalmente, você tem razão, nós também podemos sugerir  
 492 pontos de pauta para o COPAM. O primeiro deles eu já sugeriria, pedir ao  
 493 governador para não aceitar assinar normas ambientais sem serem discutidas  
 494 primeiro no COPAM.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “É bom que também  
 495 tenhamos o entendimento da competência de cada um dos entes nesse processo.  
 496 Decreto é uma competência do governo do Estado, instrução de serviço é uma  
 497 competência da SEMAD, portaria é uma competência do IEF. Então não há que se  
 498 pensar em trazer todas as normas ambientais para o COPAM, de fato. Nós somos  
 499 instruídos, em função da competência de cada ente, de como a norma deve ser  
 500 publicado. Não houve revogação de deliberação normativa do COPAM sem que  
 501 passasse no COPAM. Isso é muito bom que fique claro. Os temas de competência  
 502 deste Conselho não são editados por resoluções, portarias. Também é importante  
 503 que isso fique claro. E nós somos muito bem instruídos sempre pela Advocacia  
 504 Geral do Estado sobre qual é a norma adequada para cada tema. Então eu queria  
 505 só deixar esse registro, mas entendendo absolutamente a importância deste  
 506 Conselho para a política ambiental do Estado de Minas Gerais.” Conselheira Maria  
 507 Dalce Ricas: “Ou eu sou muito burra ou alguma coisa está errada. Porque é o  
 508 seguinte, não confundamos forma com conteúdo. Eu nunca falei que a Secretaria  
 509 de Meio Ambiente ou qualquer conselheiro assina decretos, mas discutir o conteúdo  
 510 dos decretos é claro que é competência de participação da sociedade. Para que

511 existe então? Se de repente a SEMAD, sabe-se lá de que forma, produziu um  
512 decreto, por exemplo, de suspensão da compensação ambiental de  
513 empreendimentos sem estudos ambientais, a priori, isso é uma coisa que interfere  
514 diretamente em toda a política ambiental, interfere nas deliberações normativas do  
515 COPAM, interfere nas instruções normativas da SEMAD, interfere nas portarias. A  
516 competência formal pode ser, mas o conteúdo teria que passar pelo COPAM, se  
517 nós estivéssemos realmente em uma democracia e se o Plenário realmente fosse  
518 um Plenário que tivesse a competência de elaborar as políticas ambientais no  
519 Estado. Então você me desculpa, Marília, mas eu acho os seus argumentos  
520 inaceitáveis e não consigo entender.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Dalce,  
521 nós estamos na Secretaria à disposição para discutir, para entender exatamente a  
522 competência de cada um dos entes, mas também quero dizer que o governador foi  
523 eleito democraticamente, então também cabe a ele editar decretos.” Conselheira  
524 Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “A minha fala é no mesmo sentido da  
525 manifestação da Maria Dalce. Reparem, o COPAM é o Conselho de Política  
526 Ambiental e está subordinado administrativamente à SEMAD. Foi invertida a ordem.  
527 Lógico que o COPAM não teria como assinar decretos nem nenhum ato normativo,  
528 mas é o COPAM o Conselho da Política Ambiental. A discussão, a análise, os  
529 entendimentos sobre a política ambiental de Minas são a competência do COPAM,  
530 inclusive deliberativa. Está na legislação. Não é de hoje, não começou com o  
531 governador Zema, isso vem reiteradamente e cada vez de uma forma mais  
532 crescente, sendo invertida a ordem, o COPAM está sendo mero repositório de  
533 decisões da SEMAD. Isso, inclusive, ao nosso ver, várias vezes demandada a  
534 intervenção de órgãos, como o Ministério Público, é inconstitucional. Porque se o  
535 COPAM é o Conselho de Política Ambiental, independente de que a competência  
536 no sentido de assinatura de atos tenha vários regramentos, as decisões sobre a  
537 política ambiental de Minas Gerais eram obrigatórias de serem trazidas ao COPAM  
538 para discussão, análise, e, quando fossem questões mais complexas, criação de  
539 Grupos de Trabalho. E nós simplesmente chegamos aqui e recebemos todas essas  
540 mudanças prontas, como essa que está sendo construída em relação aos  
541 corredores ecológicos. É aviltante, revoltante e inaceitável, e continuamos  
542 testemunhando. Cada pauta do Plenário do COPAM nos últimos anos quando  
543 olhamos olha é assim, ‘lá vou eu de novo só escutar apresentações e decisões  
544 tomadas’. O que nós estamos fazendo aqui? Então isso é muito grave. Eu entendo  
545 a indignação da Maria Dalce, é a mesma minha indignação e de muitos, e isso  
546 deveria ser objeto de um trabalho, o mais breve possível, da Controladoria Geral do  
547 Estado para que realmente se trate essa questão da forma devida. Basta de nós  
548 sociedade sermos um mero repositório de decisões de um único ente, que é o  
549 Executivo, e sendo nós o Conselho Estadual de Política Ambiental. Está totalmente  
550 invertida a ordem, e é gravíssimo que a gente escute da atual secretária um  
551 entendimento equivocado desse nível. É só ler a legislação que fala quais são os  
552 objetivos e as competências do COPAM. Nós vamos discutir o que então, se em  
553 termos de política ambiental quem tem competência de assinar atos e deliberar

sobre temáticas ambientais é só a SEMAD? Então estamos fazendo o que aqui?”

Presidente Marília Carvalho de Melo: “Conselheira Maria Teresa, eu acho que não deveríamos polemizar esse assunto. Eu estou à disposição para discutir em outro momento com a sociedade civil, porque me parece que é uma posição da sociedade civil neste Conselho. Mas eu não falei o que a senhora mencionou da minha fala, eu não falei que as competências para legislar ambientalmente são só do Estado. Eu falei que existem competências que são deste Conselho, existem competências que são administrativas, de atos administrativos internos da SEMAD, do IGAM, da FEAM e do IEF, e existem competências que são do governador do Estado, através de edição de decretos. Foi exatamente o que eu disse. Agora, a senhora, como conselheira, pode solicitar uma consulta à Advocacia Geral do Estado para entender qual é o papel deste Conselho, caso a senhora tenha interesse.”

Conselheira Maria Dalce Ricas: “Eu acho que nenhum dos conselheiros presentes participava do COPAM quando foram licenciados a Cidade Administrativa e o Rodoanel Norte. Sem entrar em detalhes, foi uma luta árdua da sociedade civil, do professor Cástor Cartelle, do pessoal de Lagoa Santa, da Amda, para conseguir alguma coisa. Uma delas foi a publicação de um decreto para proteção do Vetor Norte. A criação do decreto foi discutida dentro do COPAM, foi enviado ao governador, e o governador acatou – provavelmente foi ouvida a AGE quanto à forma e tudo –, e foi publicado o decreto. E agora de repente alguém levou para o governador, ele deu uma canetada e revogou tudo, e a sociedade que se dane, eu perca seu tempo em ficar lutado pela defesa do meio ambiente e dos recursos hídricos.”

Conselheiro Emmanuel Duarte Almada: “Eu queria reiterar as colocações da Maria Teresa, da Dalce e dizer que seja este governador ou qualquer outro eleito democraticamente, isso não confere a ele nem ao Poder Executivo carta branca para interferir da forma como achar ou bem entender na política ambiental ou em qualquer outra política pública daquele Estado, daquele ente federativo. Eu acho um outro elemento importante, é, sim, como a Maria Teresa colocou, papel deste Conselho discutir o andamento e como têm se desdobrado nos últimos anos a atuação e a legitimação das competências deste Conselho, previstas também na legislação. E quando pensamos então que existem essas competências de atos administrativos e decretos é óbvio que existe um regramento claro sobre isso, mas não podemos nos ater – como a Dalce falou – à forma e de alguma forma negligenciar que alguns desses atos administrativos possam ter ou tenham uma implicação direta nas políticas ambientais. Então na medida em que qualquer ato administrativo, qualquer decreto tenha uma interferência na reconfiguração, na natureza da política ambiental, cuja formulação é de competência do COPAM, isso pode, sim, e deve ser questionado. E aí eu queria salientar mais uma vez algo que eu já coloquei há pouco tempo no COPAM de que este espaço é um espaço de dissenso. Não podemos querer ou achar que, por não haver dissenso, o consenso é o caminho. É no dissenso que também temos a voz. Então desqualificar as falas, eu vejo isso recorrentemente, e nesta reunião isso também aconteceu, uma desqualificação de falas que são dissidentes, desqualificação de falas que colocam em questão as ações do Estado ou da

597 administração. Eu peço, encarecidamente, que tomemos isso como princípio. E  
598 essas falas dissidentes – inclusive, em geral, pelo que tenho acompanhado não só  
599 participando como representante, mas acompanhando os debates sobre as políticas  
600 públicas ambientais em Minas Gerais – são elas que têm garantido senão a  
601 efetivação, pelo menos o debate e colocar na mesa um princípio básico que deveria  
602 nortear a nossa ação aqui no COPAM e em outros espaços, que é da precaução e  
603 da prevenção. Se essas falas dissidentes continuam sendo desqualificadas, a gente  
604 empobrece o debate. Então eu queria enfatizar a necessidade de termos esse  
605 cuidado de não desqualificar e de acolher o dissenso, não como forma de  
606 acomodação, inclusive, não é acolher para acomodar, mas, de fato, levar a cabo e  
607 a sério esses debates. Aqui é, sim, espaço desses debates, que podem causar  
608 algum tipo de incômodo, mas é para isso que o Conselho existe. O Conselho existe  
609 para debater e para pensar coletivamente, a partir das divergências, os rumos da  
610 política ambiental no Estado de Minas Gerais.” Presidente Marília Carvalho de Melo:  
611 “Emmanuel, obrigado pela sua manifestação. Eu não vejo aqui nenhuma colocação,  
612 até o presente momento, que desqualifica qualquer dissenso. Nós temos  
613 representações múltiplas neste Conselho, com entendimentos múltiplos, e de fato a  
614 participação da forma que é colocada não só neste Conselho, mas em todos os  
615 Conselhos tem esse papel de ouvir opiniões múltiplas, representativas dos diversos  
616 setores da sociedade. O que nós estamos agora em discussão – e o senhor sabe  
617 tão bem quanto eu, porque o senhor também é servidor de carreira, assim como eu  
618 sou – é que nós somos vinculados ao entendimento da Advocacia Geral do Estado  
619 em relação a qual tipo de norma cada ente competente tem. Então esse foi o único  
620 objeto da minha fala aqui neste momento. Nós temos toda a atenção e temos o  
621 entendimento da importância e legitimidade deste Conselho. Se não eu não teria  
622 feito a minha fala inicial de que lá no Conselho Estadual de Recursos Hídricos eu  
623 reclamava com os conselheiros que o IGAM pautava o Conselho e não o Conselho  
624 pautava a política de recursos hídricos. Porque eu acho que, de fato, é disso que  
625 nós precisamos. Então todas as propostas de pauta, discussões no âmbito deste  
626 Conselho, sendo competência deste Conselho, enquanto eu estiver aqui como  
627 secretária, serão acatadas e levadas à frente, como é diretriz do nosso governador  
628 Romeu Zema.” Conselheiro Evandro Carrusca de Oliveira: “Pegando um pouquinho  
629 da conversa da Dalce, quando falávamos em Vetor Norte, lá no início da Cidade  
630 Administrativa, eu fui chamado a dar algumas opiniões e gostaria de repeti-las. Na  
631 época, eu chamei a atenção de que ali nós temos uma formação cárstica. Todo esse  
632 Vetor Norte caminha praticamente em cima de uma formação cárstica. Por tudo que  
633 nós sabemos, é a formação geológica mais vulnerável com relação a água  
634 subterrânea, e, para piorar, grandes cidades inseridas nesse Vetor Norte utilizam a  
635 água subterrânea. São formações, e isso eu dou nas minhas aulas constantemente,  
636 eu não vou discutir se nós temos caverna subterrânea que pode criar abatimentos,  
637 eu estou falando de água para se beber. Se vocês pegarem postos de combustível,  
638 quando eu trabalhei na FEAM eu consegui acrescentar dentro de uma norma para  
639 construção e para instalação de postos de gasolina que em formação cárstica eles

eram obrigados a caminhar dentro da classificação 3, a mais restritiva. Porque qualquer água que cai em cima, qualquer sujeira que cai em cima chega à água subterrânea e em formações cársticas e com a maior rapidez possível. Enquanto em formações de gnaiss, de granitos e outros, até mesmo arenitos, demoram anos para poder chegar para caminhar alguns metros, no caso da formação cárstica, são horas para andar 1 km. Então em qualquer intervenção no Vetor Norte tem que ser levada em consideração a vulnerabilidade de contaminação dessas águas que abastecem a municipalidade. Eu tive a participação em Sete Lagoas em vários postos de gasolina que vazaram próximo de captação de água para um bairro, e assim sucessivamente. Pensem muito nessa vulnerabilidade.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Professor Evandro, eu agradeço a sua fala. Em relação à questão do Vetor Norte, eu vou sugerir, Malard, que façamos uma reunião com aqueles que se manifestaram sobre esse tema, para explicarmos a decisão que foi tomada e os cuidados técnicos que o IEF teve na avaliação. Então, Dalce e professor Evandro, nós chamaremos uma reunião, e o Malard coordenará isso, para que o IEF possa apresentar todas essas questões para vocês. Sílvio, eu agradeço mais uma vez a você, ao Paulo Thomaz e à Thaís, em especial, nossa auditora seccional da SEMAD, por essa apresentação. A Secretaria Executiva já está orientada, assim que receber o relatório completo do COPAM e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a fazer uma avaliação cuidadosa, estabelecendo um plano de ação para as recomendações que porventura contenham nesse documento. Então eu agradeço mais uma vez, parabenizar a CGE por esse trabalho, porque, de fato, a governança é um tema muito caro para o governo do Estado de Minas Gerais.”

**6) PANORAMA DO PROGRAMA ÁGUA DOCE - PAD EM MINAS GERAIS. Apresentação: Coordenação Estadual do PAD.** José Ocimar de Andrade Júnior, da Polícia Militar de Minas Gerais, coordenador do PAD/MG, fez apresentação ao Plenário do COPAM sobre a execução do Programa Água Doce em Minas Gerais. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da SEMAD.

**7) SISEMA - REALIZAÇÕES 2020 E PLANEJAMENTO 2021. Apresentação: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), Instituto Estadual de Florestas (IEF), Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG).** Foram feitas apresentações pelos dirigentes da SEMAD, FEAM, IEF, IGAM e ARSAE sobre as realizações da Secretaria e dos respectivos órgãos em 2020 e o planejamento para 2021. O conteúdo das exposições foi disponibilizado no site da SEMAD.

Debates. Conselheira Maria Dalce Ricas: “Primeiro registrar a importância das apresentações. Mas retomando a conversa anterior eu entendo que essas apresentações foram trazidas ao Plenário não apenas como informação. Considerando que os órgãos setoriais da SEMAD são executores das políticas ambientais, que no nosso entendimento devem ser discutidas e aprovadas pelo COPAM, a minha proposta é que possamos apreciar as propostas apresentadas e que, na primeira reunião de



2021, voltem para aprovação do Plenário. Nesse ínterim, é claro que teríamos que ter reunião com os órgãos setoriais. Eu tenho dúvida quanto ao IGAM, no caso do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, mas como conselheira do COPAM eu gostaria de palpar. E também registro que no meu entendimento nem tudo que está nesses planos deve ser realmente aprovado pelo COPAM. Há ações que são realmente muito típicas da própria operacionalidade, do próprio funcionamento, mas há muita coisa, sem dúvida, que no meu entendimento a sociedade deve participar. Na minha opinião, deveria ser aberta a participação da sociedade e se dar um prazo. Se eu, por exemplo, fosse colocar os meus questionamentos aqui, nós ficaríamos mais no mínimo, com boa vontade, uma hora. Porque nós estamos falando de políticas públicas ambientais, como vocês colocaram hoje. Então eu reivindico que o COPAM participe, que aprove o que foi previsto na primeira reunião plenária do ano que vem. E quanto à destinação de valores pela Fundação Renova ao IEF, em função de Fundão, nós já formalizamos à Marília – e eu registro aqui – a proposta de que o IEF faça um plano de aplicação de recursos e que esse plano seja levado a discussão e aprovação da Câmara de Proteção à Biodiversidade.” Antônio Augusto Melo Malard/IEF: “Conselheira Dalce, os pontos trazidos aqui hoje não são pontos de deliberação, eles remetem a apenas ao que foi entregue no ano de 2020 e o que tem de planejamento previsto para o ano de 2021 na SEMAD e em cada uma das casas.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Como a Teca disse, eu não fico em frente a este computador durante 4 horas só para ouvir informações, eu quero ter o direito constitucional como cidadã e como membro do COPAM de participar efetivamente da elaboração dessas propostas. Ou então para que este Plenário, para que este Conselho?” Antônio Augusto Melo Malard/IEF: “A secretária já abordou esse assunto antes, e nós estamos até voltando a uma discussão. Tem alguns pontos que são de normas internas, outras mais amplas que passarão por este Conselho, tem atividades que são mais operacionais que foram trazidas. Então são todas essas atividades, primeiramente, construídas do ponto de vista técnica, e em cada uma será avaliada qual será a articulação com cada um dos setores, com o COPAM, conforme a interface de cada uma das temáticas colocadas aqui. E aí cabe a cada uma das casas fazer essa identificação e levar para conhecimento.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Eu falei que nem todos os pontos precisariam, necessariamente, ser aprovados, mas há muitas coisas ali, na minha opinião, em que não se informam detalhes. Se eu fosse listar todas as perguntas que eu quero, ficaríamos aqui até 9h da noite.” Antônio Augusto Melo Malard/IEF: “O objetivo de trazer o planejamento não é fazer uma discussão, especificamente, de cada item. Mas aqui eu coloco não só o IEF, mas também todas as outras casas e a SEMAD também à inteira disposição para conversar sobre qualquer um dos pontos trazidos no planejamento de 2021, em reuniões específicas. Estamos sempre abertos para reunir, coletar sugestões e apresentar o que a gente vem fazendo.” Conselheiro Enio Marcus Brandão Fonseca: “Depois desse momento, que eu entendo que a Secretaria e seus órgãos fizeram uma colocação em dois tempos, eu entendo que o primeiro tempo é um tempo de prestação de contas do trabalho realizado. E aí

726 nesse trabalho realizado tem um conjunto muito grande de atividades que são  
727 operacionais dos órgãos que compõem a estrutura do Sisema e que são  
728 apresentadas como uma prestação de contas ao Conselho. E um segundo  
729 momento, em que é apresentada uma proposta de ação, plano de ação para o  
730 próximo ano, que tem também um conjunto muito grande de atividades  
731 operacionais. Eu gostaria de fazer uma consideração na condição de ser um  
732 representante do Ministério do Meio Ambiente dentro deste Colegiado para fazer um  
733 destaque ao resultado que nos foi apresentado. Nós temos oportunidade de interagir  
734 com diferentes estruturas de meio ambiente em todos os Estados, e eu faço um  
735 reconhecimento e um registro da grande realização, em todas as suas áreas, da  
736 estrutura de meio ambiente do Estado de Minas Gerais. Nós, através do Ibama e do  
737 ICMBio, somos parceiros das estruturas da Secretaria de Meio Ambiente em um  
738 conjunto muito grande de atividades. Foram destacados aqui os recursos definidos  
739 no acordo com a Vale para trabalho de saneamento em prefeituras que montam a  
740 R\$ 100 milhões, foram destacadas parcerias nossas no que diz respeito às  
741 atividades de gestão e manejo de fauna e também de combate ao tráfico. Foram  
742 destacadas a ação integrada de fiscalização e a gestão integrada do processo de  
743 exploração florestal através do Sinaflor, que é um sistema adotado em nível  
744 nacional, que é também uma parceria importante. Eu queria registrar que o aspecto  
745 que envolve o cadastro e registro de mais de 600 mil beneficiários no Estado de  
746 Minas Gerais é gerido em parceria pelo Ibama e pelo Estado e que 60% de todo o  
747 recurso oriundo dessa atividade administrativa fica para o Estado. Isso é algo em  
748 torno de R\$ 75 milhões de recursos aprovados. E existe também uma parceria que  
749 envolve alguns aspectos do licenciamento, quando há necessidade de anuência de  
750 Mata Atlântica. Existe uma parceria através do nosso núcleo que trata de  
751 emergências ambientais, através de uma ação integrada com o P2R2, que é  
752 coordenado pelo Estado. Uma ação integrada da nossa estrutura de combate a  
753 incêndios, que atua em parceria com o sistema de prevenção que é coordenado  
754 pelo Estado e tem atuação de equipes do ICMBio, do Corpo de Bombeiros, da  
755 Polícia Ambiental, das empresas florestais. E esse registro é uma obrigação de  
756 reconhecimento a um trabalho que, no nosso entender, vem sendo feito com um  
757 esforço crescente de melhoria dos processos, de melhoria nas entregas e,  
758 sobretudo, com esse aspecto que envolve um conceito de gestão que é a parceria  
759 com os demais entes públicos e privados, o que faz com que a Secretaria de Meio  
760 Ambiente de Minas Gerais tenha o reconhecimento nosso como uma das melhores  
761 unidades de gestão ambiental do país.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Enio,  
762 eu agradeço a sua fala, e, de fato, nós precisamos referenciar todas as parcerias,  
763 que permitiram que esses resultados fossem entregues. E eu queria destacar,  
764 especialmente, o seu papel aqui na Superintendência do Ibama em Minas nesse  
765 trabalho conjunto e integrado não só com a Secretaria, mas com todo o Sisema.”  
766 Conselheiro Noraldino Lúcio Dias Júnior: “Eu não poderia deixar de estar aqui  
767 presente nesta primeira reunião presidida pela secretária Marília. Eu queria deixar  
768 aqui um recado, que a Assembleia Legislativa está aberta para todas as parcerias,

769 como deputado e também como conselheiro. A todos os conselheiros eu quero  
770 deixar uma mensagem de que nós tivemos várias conquistas, mas nós temos aqui  
771 grandes desafios pela frente e só conseguiremos enfrentá-los de forma positiva se  
772 houver essa união, união de órgãos, união de entidades, respeitando a função de  
773 cada um. Mas é muito importante essa sinergia em prol do meio ambiente no  
774 momento que nós estamos vivenciando. Então ficam aqui essa mensagem de boas-  
775 vindas para a nossa secretária e essa mensagem de disposição da Assembleia  
776 Legislativa de continuar contribuindo para esse avanço no processo legislativo  
777 ambiental do Estado de Minas Gerais. Parabéns pelo trabalho de todos.”  
778 Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu fiquei assistindo todas as  
779 apresentações, a sensação que eu tenho é que existem duas realidades. Não estou  
780 dizendo que absolutamente tudo que foi dito que foi feito pelo Sistema é  
781 questionável, estou dizendo é que a partir do que nós atuamos, em especial, na  
782 frente ligada à mineração, é como se nós tivéssemos duas realidades distintas: a  
783 realidade que a SEMAD, a FEAM, o IGAM e o IEF apresentam nesse setor, que é o  
784 que eu acompanho mais, e a realidade que é vivida por quem está atuando nisso  
785 como sociedade civil organizada. É surreal, porque escutar na prestação de contas  
786 como algo positivo resolver os passivos processuais de concessão de outorgas, de  
787 autorização de intervenções ambientais e de processos de licenciamento sem isso  
788 estar igualitariamente correspondendo à resolução de passivos ambientais, de  
789 passivos de avaliação ambiental integrada antes de tomadas de decisão, de  
790 passivos de acesso à informação sobre o total de outorgas, onde estão, há quanto  
791 tempo, o que isso significa, como as questões de escassez hídrica já configurados  
792 no Estado... Então nós temos um sistema de gestão ambiental com prioridades  
793 desconectadas verdadeiramente da sustentabilidade ambiental. Não vou entrar, e  
794 não há tempo de apontar o contraponto em todas essas questões, mas algumas  
795 duas eu quero apontar e têm que ficar registradas. Uma é a mudança, que  
796 continuam afirmando que foi para melhor, do sistema de acesso à informação  
797 ambiental, que hoje é o SLA. Não importa quantas vezes digam que é maravilhoso  
798 e que nós estamos equivocados, porque a verdade é única, e não importa que digam  
799 que não é. O SLA hoje é mais uma forma de dificultar o acesso à informação na  
800 forma que continua disponibilizada, pelo menos no que se refere, principalmente, à  
801 questão da mineração. No Siam, era possível fazer pesquisas, por exemplo, pelos  
802 direitos minerários, que é a localização espacial de um empreendimento de  
803 mineração, e o SLA não permite. No Siam, os documentos eram todos por ordem  
804 de chegada em um processo de licenciamento, com número de protocolo, o que nos  
805 facilitava a ter um acesso a uma relação, como um processo mesmo. Qualquer  
806 processo administrativo tem que ter esse sequenciamento. E o SLA, não, você entra  
807 no SLA, e tem às vezes dezenas de documentos só com o nome do documento,  
808 muitas vezes com o mesmo nome. Por exemplo, ‘Prad’, tem um monte de entradas  
809 como ‘Prad’. Você tem que clicar em cada um para descobrir onde está o Prad,  
810 porque muitos são as ARTs, são outros documentos que não são o Prad. É como  
811 se fosse um processo de busca incansável para se ter acesso às informações. Então

812 não é verdade, no nosso ponto de vista, que o SLA melhorou o acesso à informação  
813 ambiental. No entanto, o Sistema insiste em dizer que não é verdade. Estou aqui  
814 para dizer como é que nós vemos. Uma outra coisa: não é verdade que as  
815 mudanças foram todas para melhor, nós temos visto mudanças nas normas muito  
816 graves e que estão trazendo reflexos muito grandes. Estão falando que estão  
817 atentos e trabalhando na regulamentação da legislação de barragens. Pela CMI,  
818 com pareceres favoráveis da SEMAD, passaram alteamentos de barragens com  
819 comunidades na zona de autossalvamento, como em Sabará e em Conceição do  
820 Mato Dentro, mesmo tendo a Lei Mar de Lama Nunca Mais. Eu tenho acompanhado  
821 os processos de licenciamento na CMI, mesmo não sendo mais conselheira, e  
822 reiteradamente observo falhas graves na análise. E essa lógica implantada,  
823 principalmente, com o secretário Germano, de celeridade, de resolver passivos, no  
824 âmbito do verdadeiro olhar para a questão da sustentabilidade ambiental deste  
825 Estado, isso não é o caminho. O que não significa que não se teria que tratar de  
826 cuidar dos processos ou das outorgas. Mas não pode ser baseado na celeridade  
827 nos passivos como se fosse um mero cartório 'que eu não posso deixar acumular  
828 processos aqui na minha estante'. Porque isso está levando a consequências, para  
829 Minas Gerais, maiores do que já temos hoje colocadas no território. É muito  
830 assustador, é muito dolorido testemunhar esse descompasso que existe entre o que  
831 se visibiliza como sendo uma gestão ambiental de excelência, quando a prática, e  
832 quem está atento e acompanhando isso percebe claramente que independente de  
833 algumas questões serem de excelência, nas questões que são os eixos de alicerce  
834 sobre a questão ambiental, é o contrário da excelência. Temos requerido ao longo  
835 dos anos que se faça avaliação ambiental integrada, que se faça análises de novos  
836 processos e de outorgas olhando sistemicamente onde isso está sendo pensado ou  
837 pretendido. Sempre o Estado responde que vai ser para depois, que não tem, no  
838 momento, estrutura, e nós não somos atendidos nessa demanda. Pois neste ano foi  
839 feita a avaliação ambiental estratégica para a mineração de ferro, e, quando  
840 tomamos conhecimento e vamos ver qual é o objetivo, não é avaliação ambiental  
841 integrada pensando na questão ambiental e de sustentabilidade da questão  
842 ambiental, é pensando na sustentabilidade do setor da mineração de ferro. Tanto é  
843 que quem vai puxar isso é a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico,  
844 à parte do Conselho de Política Ambiental, construindo uma avaliação ambiental  
845 estratégica para manter o status quo da mineração no nosso território. Então eu  
846 quero que isso fique claro, independente da continuidade de afirmações de que está  
847 tudo maravilhoso, excelente, não é verdade. Não significa que não tem servidores  
848 que estão fazendo o melhor, que não tem servidores na SEMAD empenhados, não  
849 significa que não tem produção durante o ano que foi positiva. Eu estou afirmando  
850 para vocês que existem questões estruturais, questões fundamentais que estão na  
851 contramão do que seria necessário e urgente na gestão ambiental do Estado. Eu  
852 não poderia fechar o ano sem mais uma vez manifestar, porque eu estou por dentro  
853 disso tudo, muitas pessoas estão, e existe essa verdade. Então nós temos dois  
854 universos em paralelo, e a SEMAD insiste em divulgar uma realidade que não

855 confere 100% com o que nós estamos falando aqui de Minas Gerais e da questão  
856 ambiental de Minas Gerais.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Agradeço a sua  
857 manifestação, conselheira. Eu vou fazer breves apontamentos na sua fala. Primeiro,  
858 o Diogo fez questão de sair lá do canto dele para me mostrar aqui o acesso ao SLA.  
859 E aí, conselheira, eu queria colocar à disposição a equipe, porque às vezes está  
860 tendo alguma dificuldade mesmo da senhora de acessar os dados. Nós estamos  
861 acostumados há algum tempo com o sistema, e muda. Pelo que ele me mostrou  
862 aqui. Amanhã, Diogo, você podia, por favor, entrar em contato com a conselheira  
863 para fazer um vídeo com ela, abrir e mostrar exatamente, e aí já abre para outros  
864 conselheiros que tenham interesse. Conselheira Maria Teresa, eu não estou  
865 dizendo que está tudo ótimo. Na verdade, eu aprendi com uma pessoa com quem  
866 eu trabalhei na minha vida que as pessoas que estão impedidas de ver os erros, as  
867 dificuldades e as falhas nunca avançam. Então essa não é a nossa postura no  
868 governo de Minas, essa não é a postura do Sisema, essa não é a minha postura  
869 profissional. Então nós temos vários pontos a melhorar, sabemos deles e estamos  
870 aqui em um Conselho em que, obviamente, essa devolutiva que a senhora nos traz  
871 e todos os outros conselheiros é importante para o aprimoramento do nosso  
872 trabalho, essa sempre foi a postura e continuará sendo a partir de agora que eu  
873 preciso este Conselho. Eu quero referenciar aqui o Germano, que também sempre  
874 deu essa abertura muito clara para trazer as contribuições de todos ao processo. Eu  
875 não vou entrar item a item, Maria Teresa, mas estão todos registrados. No ano que  
876 vem, nós vamos retomar algumas reuniões setoriais, e eu faço questão de que você  
877 esteja conosco nas reuniões setoriais da sociedade civil para recebermos essas  
878 avaliações, esses apontamentos, para além do que será feito aqui no COPAM. Nós  
879 temos uma sistemática, uma rotina de trabalho e de escuta para que possamos  
880 aprimorar o nosso trabalho e também trazer claramente o que é possível, o que não  
881 é possível e o porquê, uma vez que nós temos também questões internas,  
882 dificuldades, posicionamentos que muitas vezes poderão divergir. Mas vamos  
883 buscar convergência naquilo que for possível. Sobre a questão do SLA, Diogo, eu  
884 já peço que você amanhã faça contato com a conselheira, e aí já vou abrir, se algum  
885 outro conselheiro quiser se manifestar no chat, podemos aproveitar a oportunidade  
886 para também mostrar como funciona essa consulta. Além da IDE, que poucas  
887 pessoas, de fato, conseguem ou já tiveram o cuidado de olhar. Como são 500  
888 camadas, às vezes também pode ter essa dificuldade. Mas todos os licenciamentos  
889 estão geoespacializados, os dados estão disponíveis. A outorga mesmo, em que eu  
890 entrava sempre e achava alguns erros, voltava lá... O Marcelo era diretor da área:  
891 ‘Marcelo, tem umas inconsistências, vamos melhorar’. Então é o que nós estamos  
892 fazendo todos os dias aqui. Então agradeço as suas colocações e pergunto ao  
893 Renato se ele quer mencionar sobre a avaliação ambiental estratégica, que,  
894 conselheira, foi uma demanda do Tribunal de Contas do nosso Estado, através de  
895 uma auditoria que foi feita. A senhora deve conhecer bem essa auditoria. E não é a  
896 primeira avaliação ambiental estratégica que fazemos, fizemos outras, sob  
897 coordenação do servidor Augusto, que hoje, inclusive, está na minha assessoria.

898 Ela não é feita apenas para a questão ambiental, é feita para uma política pública  
899 que possa incluir, na sua propositura ou na sua formulação, o tema meio ambiente  
900 como tema transversal. Então nós temos os NGAs, que estamos buscando  
901 reestruturar. O Pedro, da Seapa, está aqui ainda. Sob a liderança da secretária Ana  
902 Valentini, a Seapa tem feito um belo trabalho de reestruturação do NGA, para que de  
903 fato a gente insira a variável ambiental nas políticas públicas setoriais. E hoje é o  
904 que, de fato, vemos no governo do Estado.” Renato Teixeira Brandão/FEAM: “Só  
905 ressaltar que nós temos cumprido, no caso da AAE, todo o rito que está definido nas  
906 regulamentações. Os NGAs são instituições importantes para conduzir esse  
907 processo, porque vão trabalhar a questão da sustentabilidade para o setor. E  
908 ressaltar que não trabalhamos com a manutenção da mineração no status quo em  
909 que está hoje, sempre trabalhamos com uma evolução. E esse é um setor de que  
910 temos cobrado muito essa evolução, e no intuito da sustentabilidade continuaremos  
911 cobrando.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Sobre o conjunto das falas. Marília,  
912 você e os servidores do Sisema sabem que eu sou um crítico do atual processo de  
913 licenciamento que nós temos no Estado. Esse processo de licenciamento está  
914 integralmente nas mãos do poder econômico. No caso da Câmara de Atividades  
915 Minerárias, o processo de licenciamento está integralmente na mão das  
916 mineradoras. Desde o início, pelo fato de elas escolherem a empresa que vai fazer  
917 o relatório de impacto ambiental, até no final, quando ela contrata quem vai fazer a  
918 fiscalização, passando por um péssimo, lamentável equilíbrio entre poder  
919 econômico e sociedade nos Conselhos. Então isso é péssimo, eu já disse algumas  
920 vezes e vou repetir sempre. Nós temos que evoluir com o nosso sistema de  
921 licenciamento ambiental, ele está inadequado realmente para a época em que  
922 estamos vivendo. Nós não podemos dar continuidade a esse tipo de licenciamento.  
923 Essa é a minha opinião. Tem diversas coisas, inclusive incluir no processo de  
924 licenciamento a análise de sustentabilidade. E eu vejo que a SEMAD terá uma  
925 grande dificuldade para incluir a questão ‘sustentabilidade’. O Renato falou agora  
926 da sustentabilidade do ponto de vista do empresário. Isso não existe. Quando será  
927 que nós vamos começar a discutir sustentabilidade no Estado. A sustentabilidade,  
928 você vai dividir – nesses casos em que nós estamos falando de licenciamento  
929 ambiental – em três partes. Do ponto de vista da economia pública, não do  
930 empresário. O empresário faz, anteriormente, o estudo de viabilidade econômica  
931 dele. Isso não importa, ele só vai entrar com o projeto se achar que tem viabilidade  
932 econômica. Nós temos que olhar é a viabilidade do ponto de vista da economia  
933 pública. Nós temos que olhar, do ponto de vista da sociedade, as questões e os  
934 impactos ao longo do tempo, em curto, médio e longo prazo, os bens materiais e  
935 imateriais. E temos que analisar esse mesmo impacto no meio ambiente. Essa é  
936 uma inclusão que é necessária. Eu acho que todo o processo de licenciamento  
937 ambiental do Estado de Minas Gerais, apesar de todos os elogios e dizer que é o  
938 melhor do Brasil. Eu não conheço os outros, devem estar em estado lamentável,  
939 porque esse processo de licenciamento ambiental aqui não é bom, está inadequado  
940 para o século XXI. Nós temos que começar a utilizar o COPAM ou Câmaras

941 Especializadas para discutir as políticas ambientais. Concordando com a Dalce e a  
942 Teca, a participação nossa da sociedade é chegar aqui e escutar, em alguns casos  
943 quando vota, vota simplesmente para referendar o que já foi decidido. Vamos cair  
944 na real, a sociedade tem que participar. E aqui a sociedade participa apenas para  
945 referendar, não dá para continuar a ser dessa forma. O último item que eu queria  
946 falar é, muito rapidamente, sobre o IEF, a questão dos corredores. Nós vimos a  
947 apresentação do Malard, muito boa, mas não cita os corredores. É uma briga antiga,  
948 não está no planejamento de 2021, como não esteve no de 2020, levar para frente  
949 essa questão dos corredores. Quando eu ainda estava no Ibama, em 2018, o  
950 negócio estava andando muito bem dentro do IEF, andou muito bem dentro do IEF.  
951 O trabalho da forma que estava em 2019, o trabalho sobre corredores, ele já poderia  
952 ter sido utilizado para que pudéssemos fazer. Isso é claramente, os corredores  
953 ecológicos não andam claramente porque uma Fiemg, mineradoras e a Câmara do  
954 Mercado Imobiliário não querem. Eles não querem nenhuma restrição, eles vão  
955 fazer o que querem exatamente. Essa análise ambiental integrada é imprescindível,  
956 nós não podemos continuar a julgar processos como, por exemplo, rebaixamento  
957 de lençol freático sem ter um modelo integrado de águas superficiais e profundas  
958 que nos permita entender todos os impactos cumulativos e sinérgicos dos  
959 licenciamentos e das outorgas que já foram emitidas, para que possamos emitir as  
960 próximas. O processo como um todo está equivocado. E era necessário que a  
961 SEMAD começasse a rediscutir, porque ela pode até achar 'nós temos que  
962 melhorar', mas a coisa continua do mesmo jeito. E eu acho que você entrando agora,  
963 Marília, tem um arcabouço técnico de conhecimento indiscutível e poderia ser a  
964 pessoa protagonista do início dessas reformas. Nós temos que rediscutir a  
965 qualidade do nosso processo de licenciamento ambiental, e para mim é cada vez  
966 mais importante, dentro da SEMAD, a discussão sobre sustentabilidade, que tem  
967 que começar. Como o Renato falou, a sustentabilidade do ponto de vista do  
968 empresário, isso não existe. Nós estamos em um Conselho de Política Ambiental  
969 que, quando for discutir sustentabilidade, tem que discutir da forma correta e não  
970 assim. E ele fala dessa forma é porque está impregnado dessa questão, porque  
971 quem define é o poder econômico. E não pode continuar sendo assim, nós estamos  
972 com a política de terra arrasada, por exemplo, do ponto de vista de mineração. Não  
973 podemos continuar agindo dessa forma. Desculpa o desabafo. Marília, eu tenho  
974 muita confiança de que você é a pessoa que pode protagonizar o início dessa  
975 mudança." Presidente Marília Carvalho de Melo: "Obrigada, conselheiro Julio. Só  
976 fazer também breves comentários. Sobre análise de sustentabilidade, você sabe  
977 bem que na última reunião que eu presidi, inclusive ainda quando o Germano estava  
978 na Secretaria, e nas últimas de que eu participei, eu ouvi com muita atenção a sua  
979 fala sobre análise sustentabilidade. Até tentei te pedir no WhatsApp as referências  
980 dessa metodologia, o que é análise de sustentabilidade, e você falou um pouco da  
981 Alemanha. E procurei aquele livro que você me indicou, de 1995. Depois nós vamos  
982 conversar porque eu quero muito entender onde está essa metodologia para a gente  
983 trabalhar. Eu concordo que aqui não pode ser uma 'secretaria de licenciamento

984 ambiental'. Esse é um ponto em que nós temos absolutamente convergência, o  
985 secretário Germano também tinha convergência com isso. E eu quero sempre  
986 reverenciá-lo, até porque ele não está aqui para se defender, e muitas vezes são  
987 colocadas algumas questões durante a gestão dele. Então é importante. De fato, eu  
988 fiz parte da equipe, e as decisões eram sempre tratadas de maneira muito conjunta.  
989 Maria Teresa, eu tenho falado e vou repetir aqui – porque todos sabem como eu  
990 sou, falo o que tem que ser falado – que o prazo do licenciamento ambiental não é  
991 'prazo do mundo'. Se você acha que está sendo muito rápido, eu acho que está  
992 sendo muito devagar. Se está rápido para LAS/RAS e LAS/Cadastro, os  
993 licenciamentos convencionais não são rápidos. Existem processos de licenciamento  
994 ainda que demandam EIA/Rima, classe 5, 6, que demoram oito, cinco, seis anos. E  
995 isso não significa, como nunca significou, perda de qualidade técnica na análise.  
996 Não pode significar perda de qualidade técnica. Eu quero até fazer um comentário  
997 sobre isso. O único tipo de empreendimento que consegue esperar cinco, seis, sete  
998 anos para se licenciar é a atividade minerária, porque, de fato, eles não têm outra  
999 alternativa locacional, ou eles vão se instalar aqui no Estado ou não vão se instalar.  
1000 Então eu acho que precisamos voltar a esse ponto que o Julio mencionou, que tem  
1001 sido também o meu discurso, do licenciamento para boa técnica, pensar quais são  
1002 as tecnologias apropriadas, qual é a melhor técnica disponível para controle  
1003 ambiental. Esse é o ponto. Eu não sei se a fala foi sua ou da Dalce, no início, mas  
1004 não só uma avaliação puramente do que a norma permite ou não permite. Até tem  
1005 algumas críticas sobre isso porque as normas também não têm a velocidade do  
1006 mundo moderno, da tecnologia, da inovação tecnológica. Quem já transitou de  
1007 alguma forma no mundo das startups, da inovação sabe que o mundo hoje tem uma  
1008 outra velocidade. Enquanto ficarmos com licenciamento que demora oito, cinco, seis  
1009 anos, nós vamos perpetuar a única opção de desenvolvimento econômico no nosso  
1010 Estado, a mineração, porque as empresas, as indústrias de transformação, que têm  
1011 uma outra dinâmica, não vão aguardar, vão para outros Estados. Então eu quero só  
1012 fazer essa fala porque, de fato, eu corroboro a fala do secretário Germano aqui em  
1013 diversas vezes de que agilidade não significa perda de qualidade técnica. Concordo  
1014 com o Julio que ainda temos deficiências sérias. E aí vou falar do ponto que você  
1015 menciona, de água subterrânea. Só que não é o Estado de Minas Gerais, é o Brasil.  
1016 Nós precisamos focar em monitoramento, precisamos ter dados, informação de  
1017 base para gerenciar. Isso é um ponto. Quando o foco é só no licenciamento, não  
1018 nos preocupamos, de fato, com os nossos indicadores ambientais. Esse é um ponto  
1019 da própria criação da Subsecretaria de Gestão Ambiental, que tem esse viés. Como  
1020 está a qualidade da água, como está a qualidade do ar? Eu ouvi a fala do  
1021 conselheiro Mário, no início, sobre a questão do aprimoramento do monitoramento  
1022 da qualidade do ar no nosso Estado, o que é absolutamente importante. Hoje temos  
1023 poucos pontos de monitoramento, em áreas muito específicas, com foco muito  
1024 específico nas emissões de veículos, emissões de fontes móveis. Então precisamos  
1025 e vamos no plano que já existe, que vamos agora acelerar, de fato, numa visão de  
1026 como que todos esses instrumentos de gestão ambiental, instrumentos de gestão



1027 de recursos hídricos e a política florestal têm, de fato, gerado resultado do ponto de  
 1028 vista dos indicadores ambientais no nosso Estado. Conselheira Maria Teresa, sendo  
 1029 muito franca, não precisa de morosidade para que isso ocorra, precisamos ser ágeis  
 1030 com efetividade, e é isso o que nós faremos. Julio, vamos achar a referência juntos  
 1031 e sentar para conversar com calma sobre isso.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:  
 1032 “Eu proponho – e já propus algumas vezes na época do Germano – que façamos  
 1033 uma videoconferência sobre esse assunto. Para a videoconferência, eu preparo  
 1034 algumas planilhas antes para poder mostrar como se realizaria, a gente escolhe um  
 1035 caso específico e trabalha em conjunto para que haja esse entendimento. Porque  
 1036 não vai ter uma fórmula para todos os processos de licenciamento, uma forma de  
 1037 analisar a sustentabilidade. É importante que a pessoa entenda os conceitos e que  
 1038 comece a se desenvolver nessa análise ao longo do tempo. E eu me proponho,  
 1039 realmente, a participar junto com a equipe de vocês para poder fazer essa  
 1040 discussão. Já tem algum tempo que eu me proponho a isso.” Antônio Augusto Melo  
 1041 Malard/IEF: “Conselheiro Julio Grillo, eu vou pedir desculpas, porque fiz a minha  
 1042 apresentação muito rápido. Mas eu cheguei a mencionar, está no planejamento de  
 1043 2021 tratar sobre a questão dos corredores ecológicos, inclusive com uma norma.  
 1044 É que o tempo foi curto na apresentação. Mas está colocado, está no planejamento,  
 1045 sim, para 2021. E depois nós conversamos com calma, em uma reunião, sobre o  
 1046 assunto. Fico à disposição.” **8) ASSINATURA DE MEMORANDO DE**  
 1047 **ENTENDIMENTO MINAS GERAIS/REINO UNIDO. Apresentação: FEAM.** Item  
 1048 sobrestado pela Presidência devido ao adiantado da hora. **9) NOVO SISTEMA DE**  
 1049 **CADASTRO E REGISTRO DE FAUNA AQUÁTICA E DE FLORA. Apresentação:**  
 1050 **IEF.** Item sobrestado pela Presidência devido ao adiantado da hora. **10)**  
 1051 **VENCEDORES DO PRÊMIO NATUREZA GERAIS EM 2020. Apresentação:**  
 1052 **SEMAD.** Fernanda Carla Wasner Vasconcelos fez apresentação sobre o Prêmio  
 1053 Natureza Gerais 2020, destacando que a divulgação dos vencedores será feita na  
 1054 primeira reunião do Plenário do COPAM de 2021, conforme orientação jurídica,  
 1055 “seguindo o entendimento adotado pela Advocacia Geral do Estado para esse tipo  
 1056 de premiação” em virtude do período eleitoral de 2020. **11) PROPOSTA DE**  
 1057 **AGENDA ANUAL PARA AS REUNIÕES DO PLENÁRIO DO COPAM EM 2021.**  
 1058 **Apresentação: SEMAD.** Aprovado por unanimidade o calendário de reuniões  
 1059 ordinárias do Plenário do COPAM para 2021, com previsão de sessões em 10 de  
 1060 março, 16 de junho, 15 de setembro e 1º de dezembro. Votos favoráveis: SEMAD,  
 1061 Seapa, SES, Seinfra, Segov, SEF, Crea, PMMG, ALMG, MMA, Faemg, Fiemg,  
 1062 Conselho da Micro e Pequena Empresa, Fetaemg, Ibram, Amda, Ufla e Assemg e  
 1063 ABRHidro. Abstenções: ProMutuca e EPA. Ausências: Secult, SEE, Seplag,  
 1064 Sedese, Sede, Cedec, MPMG, AMM, ACMinas, CMI, Abes, Cefet, Mover, Uemg e  
 1065 OAB. Justificativas de abstenção. Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Abstenção,  
 1066 em função da possibilidade de alteração do decreto, porque eu acho realmente que  
 1067 apenas quatro reuniões do Conselho de Política Ambiental por ano são insuficientes.  
 1068 Necessitaríamos de mais, inclusive para que pudéssemos começar a discutir  
 1069 políticas ambientais. Então para não votar contra eu estou fazendo simplesmente

1070 uma abstenção.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu entendo  
1071 que, independente de o decreto estipular quatro ordinárias, poderia ter sido colocado  
1072 em votação já se colocar na agenda mais quatro extraordinárias, para termos  
1073 reuniões no mínimo de dois em dois meses. E teríamos uma agenda já nesse  
1074 sentido. Então eu estou me abstendo porque a agenda da forma que está, a meu  
1075 ver, não atende a necessidade.” Manifestações registradas antes da votação do  
1076 calendário de reuniões de 2021. Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo:  
1077 “Eu queria dizer que, diante do que foi apresentado pela SEMAD de quantidade de  
1078 mudanças ou alterações em normas ou em aspectos que envolvem a política  
1079 ambiental do Estado, diante do que foi manifestado aqui hoje de que o COPAM não  
1080 pode se restringir a um mero repositório de decisões tomadas pela SEMAD, e nós  
1081 sermos só informados, eu estou trazendo aqui uma proposta. Que durante o ano de  
1082 2021 o COPAM se reúna uma vez por mês. Porque aí não tem como o Estado  
1083 justificar que não pôde apresentar ao COPAM tudo que se refere a mudanças na  
1084 política ambiental. Reuniões do Plenário do COPAM de quatro em quatro meses, no  
1085 ritmo do que foi apresentado hoje, do que a SEMAD, FEAM, IGAM e IEF pretendem  
1086 alterar no arcabouço da política ambiental do Estado, isso é configurar desde agora  
1087 na agenda 2021 que o COPAM continuará sendo um mero espaço para ser  
1088 informado do que a gestão ambiental do Executivo fez com a política ambiental do  
1089 Estado.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Só para esclarecer, conselheira,  
1090 essa previsão de quatro reuniões anuais está no decreto. São reuniões ordinárias.  
1091 O COPAM é constituído pelo seu Plenário e as Câmaras Técnicas, que têm outra  
1092 dinâmica de reunião, inclusive com várias questões e propostas normativas. E quero  
1093 voltar a dizer que, a partir do momento em que qualquer conselheiro propuser pontos  
1094 de pauta, temas a serem discutidos, nós convocaremos reuniões extraordinárias, se  
1095 necessário. Da mesma forma, se internamente sentirmos a necessidade de reuniões  
1096 extraordinárias, assim faremos. Hoje é o que está previsto no decreto, são reuniões  
1097 ordinárias, quatro ao ano. Então eu queria colocar em votação.” Conselheiro Thiago  
1098 Rodrigues Cavalcanti: “Eu só queria manifestar, rapidamente, ao final da reunião.  
1099 Eu ouvi tudo que os conselheiros mencionaram, e algumas manifestações chegam  
1100 a nos assustar, porque parece que ‘está tudo errado no Estado, nada funciona’. E a  
1101 apresentação que eu vi hoje da Secretaria de Meio Ambiente e das suas casas  
1102 mostra uma evolução muito grande do sistema e que já vem sendo feita há muito  
1103 tempo. E eu queria concordar muito com a sua fala, secretária, a respeito dos  
1104 processos de licenciamento e da dita agilidade. Eu concordo muito com a tese que  
1105 a Secretaria de Meio Ambiente vem defendendo durante muito tempo de que  
1106 morosidade, como você disse, não significa maior fundamentação técnica ou  
1107 agilidade não significa menor fundamentação técnica. Então eu queria muito dar os  
1108 parabéns à Secretaria de Meio Ambiente neste ano de 2020 e nos anos anteriores  
1109 e colocar o Conselho da Micro e Pequena Empresa e a Federação das Indústrias  
1110 do Estado de Minas Gerais à disposição para apoiar o Estado no que for  
1111 necessário.” Conselheiro Emmanuel Duarte Almada: “Eu vou aproveitar a fala do  
1112 Thiago para reiterar que acho que a crítica e a reflexão que precisamos fazer não

se restringem a prazos, se são oito anos, meses ou dias, mas à necessidade de uma análise integrada, sistêmica, sinérgica, o que vai implicar, necessariamente, em um tempo maior, em muitos casos. É nesse sentido que é preciso compreender essas discussões. Eu reforço a necessidade de que as falas como crítica a um aspecto do processo de licenciamento não sejam tomadas como uma crítica generalizada, sem fundamento, feita de forma quase leviana. Eu acho que é importante entendermos que alguns avanços foram apresentados, que são importantes, e que isso não implica, necessariamente, em nos exirmos de analisar os avanços e transformações que são necessários e urgentes. Voltando à questão do calendário, eu acho que, de fato, seria interessante maior número de reuniões ao longo do ano para que este Conselho possa ter um caráter também propositivo, de pensar de forma mais permanente essas possíveis mudanças e avanços na política ambiental, no processo de licenciamento, de forma geral. Um esclarecimento, eu entendi que há essa definição de quatro reuniões ordinárias, mas se há algum impeditivo de que este Plenário aprecie e vote essa proposta de um número maior de reuniões, que sejam mensais ou que seja outra proposta apresentada. Se não houver nenhum impedimento de que o Plenário já vote reuniões extraordinárias, um calendário que extrapole as quatro previstas no decreto, eu acho que isso poderia ser colocado.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Como eu disse, está previsto no decreto. Eu estou disposta, inclusive, a mudar o decreto, desde que a demanda venha. Eu acho que poderiam, inclusive, apresentar para nós uma agenda, quais são os temas. Eu já me comprometo a fazer uma extraordinária no início de fevereiro, e você, a Teca, o Julio, quem se manifestou aqui traz uma proposta de agenda, com plano de ação. E aí, sim, podemos pensar nos encaminhamentos regimentais e dentro das normas hoje vigentes dentro do Conselho, sem nenhum tipo de problema. Mas não há como votar hoje aqui algo diferente de quatro reuniões anuais. E já coloco aqui que podemos convocar uma extraordinária, volto a dizer, no início de fevereiro, a partir do momento que recebermos das pessoas que estão se manifestando uma proposta de temas a serem discutidos neste Conselho.” **12) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente Marília Carvalho de Melo agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

### **APROVAÇÃO DA ATA**

---

**Marília Carvalho de Melo**  
**Presidente do COPAM**